

Jornal do ENGENHEIRO

Nº 06 - Agosto 1985 - Ano II

Órgão Informativo
do Sindicato dos Engenheiros
no Estado de Pernambuco

SAMUEL COSTA FILHO

Rua da Boa Hora, 236 Varadouro

CEP. 53000- Olinda - PE 2979

EDITORIAL

Este número do "Jornal do Engenheiro" assinala a metade do nosso mandato à frente do SENGE-PE. Foram dezoito meses de intensa atividade de todos os companheiros que militam no Sindicato. Agora, é preciso avaliar o trabalho desenvolvido e renovar compromissos.

Avessamos este ano e meio no calor de mudanças significativas para o país. Organizados na nossa entidade representativa, participamos da memorável campanha das diretas para Presidente, primeiro esboço de um projeto mais justo de Nação que começa a se moldar

com a passagem do Governo Federal para mãos civis.

Na área de política sindical, conseguimos vitórias expressivas na defesa de melhores salários e condições de trabalho, realizando importantes campanhas salariais como as da COMPESA, CELPE, Servidores Públicos Federais, Consultorias, Prefeitura do Recife, Governo do Estado e CHESF. Em todas estas campanhas, merece destaque a defesa intransigente que fizemos do salário-mínimo profissional da nossa categoria.

Mas ainda há muito o que fazer. Por maiores que tenham sido os avanços do nosso Sindicato, só fazem crescer as nossas responsabili-

dades perante a categoria. O Sindicato se torna cada vez mais combativo e atrai a confiança dos engenheiros, crescendo o nível e o número das reivindicações que são canalizadas pela entidade.

É por essa razão que temos pela frente novos desafios, alguns deles espelhados nos artigos deste número do JE. Dentre as tarefas que se apresentam, consideramos de fundamental importância o nosso envolvimento na campanha por uma Assembléia Constituinte livre, soberana, democrática e popular. Estamos traçando um programa de discussões do tema nas empresas, procurando levar à categoria a informação necessária ao

nosso posicionamento, que deverá acontecer no conjunto de outras tomadas de posição da sociedade civil através das suas formas organizadas de expressão.

Tomamos, portanto, o tema da Constituinte para convocar os colegas a um envolvimento ainda maior, com a nossa entidade. Precisamos ter a consciência de que a frágil democracia política que se forma a partir das nossas lutas só se consolidará com uma democracia social e econômica pela qual devemos continuar lutando. E a Constituinte é o caminho, entre outros, para tentarmos influir na formação de uma sociedade mais justa.

A DIRETORIA.

SENGE-PE OBTÉM CONQUISTAS SALARIAIS

O Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco vem obtendo diversas conquistas salariais, merecendo que a campanha que realizamos em conjunto com 23 outras entidades sindicais e pré-sindicais, que culminou com o Governo Estadual concedendo a todos os seus profissionais de nível superior da administração indireta a aplicação da Lei 4.950-A. Com isso, o governo concordou em pagar o Salário Mínimo Profissional, regulado por aquela lei, não apenas aos engenheiros, como também a todos os funcionários de nível superior da administração indireta.

Trata-se de uma vitória parcial, é verdade, porque os nossos colegas de nível universitário da administração direta continuam injustiça-

dos já que o governo não quer entender que, para trabalhos iguais os salários devem ser semelhantes, e não o pagamento de apenas três salários mínimos como piso.

Para os colegas da administração direta, a nossa luta agora é pela paridade salarial através da aplicação da Lei 4.950-A. E neste ponto o SENGE-PE tem tido uma participação decisiva na mobilização dos companheiros injustiçados, promovendo reuniões da Comissão Intersindical em Defesa do Funcionário Público Estadual, todas as terças-feiras, à noite, no nosso Sindicato.

Já realizamos assembleias em diversas repartições com uma grande participação de todas as categorias envolvidas na luta pela pa-

ridade salarial, e nos dias 13 e 27 de junho último estivemos na Assembléia Legislativa onde recebemos o apoio dos deputados de todos os partidos ali representados.

Infelizmente não percebemos até agora a sensibilidade que os deputados do PFL dizem que o governador Roberto Magalhães tem com relação aos nossos colegas. Se sensibilidade houvesse, certamente o Sr. governador já teria determinado a aplicação da Lei 4.950-A para os profissionais de nível universitário da administração direta, pois, de acordo com declarações de seus auxiliares, a situação financeira do Estado é muito boa já que as dívidas foram roladas, a arrecadação do ICM cresceu e o governo vem realizando

do obras com o dinheiro do próprio Estado.

Essa insensibilidade ficou patenteada mais recentemente, quando o governador enviou a mensagem de aumento do funcionalismo para a Assembléia Legislativa, sem respeitar o piso salarial da nossa categoria que trabalha na administração direta. Ao conceder 4 salários mínimos ao pessoal do nível universitário, o governo diz que está repondo as perdas salariais. Na realidade, o salário proposto de Cr\$ 1.332.480 para o servidor universitário de nível seis (inicial) representa um aumento de 1.621% durante a gestão Roberto Magalhães, quando a inflação no mesmo período foi de 3.246%. A atual mensagem não atende ao nosso piso salarial com base na lei 4.950-A e mantém o salário de nível universitário em 50% do que se percebia antes de o governador assumir o mandato.



CUT EM ÁUDIO-VISUAL

Dentro do seu programa de trabalho, o SENGE-PE promoveu no dia 20 do mês passado, juntamente com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), um áudio-visual sobre o que é uma central sindical. Em seguida, dirigentes da CUT fizeram uma palestra para

numerosos engenheiros que compareceram à sede do nosso Sindicato, enfocando os principais pontos da Central Única dos Trabalhadores. E debateram com os nossos colegas as lutas atuais da CUT e sua importância para a classe trabalhadora.

essa plataforma foram plenamente realizados: reconstruímos um Sindicato Forte e Democrático. Mas este não é um objetivo que se esgota em si mesmo. É sempre um trabalho por se fazer, uma tarefa que se amplia na proporção direta do nosso acúmulo de forças e organização.

Estes doze meses exigiram um grande esforço de todos aqueles que militam no Sindicato e alguns resultados deste trabalho merecem ser citados:

- 1) Criamos o "Jornal do Engenheiro", órgão de divulgação do SENGE que estreita os vínculos entre o Sindicato e os associados;
- 2) Criamos comissões de trabalho, visando dinamizar as atividades dentro do SENGE. Foram organizadas as comissões de Mercado de trabalho, tecnologia e ensino, política salarial, comunicações, estatais e legislação profissional;
- 3) Desenvolvemos campanhas salariais na Prefeitura do Recife, com amplas mobilizações que, se não resultaram no respeito ao salário mínimo profissional, pelo

propor melhorias salariais para os engenheiros;

4) Na CELPE, em conjunto com o Sindicato majoritário, conseguimos 100% do INPC para todos e uma reposição das perdas salariais de 22% (entre 80 e 84), além do cumprimento da lei 4950-A. Na COMPESA, no mesmo processo de mobilização, conseguimos uma reposição de 23% das perdas entre 79 e 84, além do cumprimento da lei 4950-A. Na CHESF, também com o Sindicato majoritário, conseguimos 100% do INPC;

5) Estabelecemos uma campanha permanente em defesa do salário mínimo profissional, tanto nas negociações coletivas já citadas como através de correspondência às empresas e denúncia no nosso jornal daquelas que não pagam o mínimo, como também através da assistência jurídica individual aos associados;

6) No Governo do Estado, em conjunto com o Sindicato dos arquitetos e outros, desenvolvemos ampla mobilização em defesa do salário mínimo profissional e por um plano de cargos e salários mais justo. Esta campanha resultou na recente vitória, através de negociação com os Secretários de Estado;

7) Participamos da luta pelo pagamento da participação nos lucros da CHESF em 83, conseguindo expressiva vitória em conjunto com o Sindicato majoritário.

8) O SENGE participou ativamente da campanha por melhorias salariais dos empregados da SUDENE, onde também se obteve a conquista de extensão dos benefícios propostos pelo Governo Federal também para os engenheiros;

9) Desenvolvemos uma campanha permanente de sindicalização, conseguindo ampliar o quadro de associados em cerca de 350 novos sócios.

10) Elegemos em assembléia geral os nossos representantes no CREA, e participamos ativamente do processo de democratização da entidade do qual resultou a eleição direta do seu presidente.

11) Conseguimos expressiva participação dos engenheiros de Pernambuco no III ENSE, realizado em João Pessoa. Mais de 30 companheiros nossos estiveram presentes e influenciaram nas decisões que dizem respeito à categoria;

12) Promovemos diversos debates e seminários sobre assuntos de interesse da categoria, como a engenharia de consultoria, informática, sindicalização, eleições diretas para Presidente da República, questões profissionais, energia, política mineral, e outros;

13) O SENGE participou com grande empenho de todas as campanhas inter-entidades e supra-partidárias, como a campanha das diretas, o movimento por mudanças na administração de órgãos e políticas públicas para o Nordeste (Movimento MUDA NORDESTE), e estamos diretamente empenhados na condução de uma campanha conjunta com dezenas de entidades da sociedade civil por uma Assembléia Constituinte, soberana, popular, livre e democrática;

14) Para finalizar, podemos também acrescentar que fizemos um esforço para transformar a organização administrativa do SENGE, procurando sempre uma melhor prestação de serviço aos associados, desde o atendimento nos serviços administrativos de apoio ao serviço jurídico e odontológico.

Esta listagem não esgota a série de atividades em que estivemos envolvidos para honrar o nosso compromisso com a categoria. Nem muito menos consegue abarcar o amplo espectro de problemas em que o engenheiro e a sociedade brasileira estão imersos nos dias de hoje. Mas podem ter a certeza que não esmoreceremos no cumprimento da nossa proposta de fazermos da nossa entidade um órgão de luta, organizado de forma democrática e eficiente para enfrentar os desafios que nos coloca a sociedade.

A DIRETORIA.

Jornal do ENGENHEIRO

Órgão do Sindicato dos Engenheiros
do Estado de Pernambuco
Rua Afonso Pena, 149 - Boa Vista
Fones: 222-2902 - 231-0821
50000 Recife PE

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Cláudio Pinto
Secretário: Cláudio Marinho
Tesoureiro: Jurandir Liberal
Suplente: Rômulo Rangel
Suplente: Eduardo Ramos
Suplente: Severino Moraes

CONSELHO FISCAL
Conselheiro: Jaime Gusmão
Conselheiro: Newton Monteiro
Conselheiro: Cláudio Dubeux
Suplente: Izaías Andrade
Suplente: Sales Zaicaner
Suplente: Geraldo Miranda

REPRESENTAÇÃO NA FEDERAÇÃO

Delegado: Carlos Aguiar
Delegado: Zoroastro Maia
Suplente: Lúcio Monteiro
Suplente: Arlindo Teles

CONSELHO EDITORIAL
Coordenador: Antoniel Feitosa
Cláudio Marinho
Pedro Carvalho Neto
Fernando França

Jornalista Responsável: Romildo Porto
Programação Visual:
José Anacleto Eloi de Almeida
Fotos e ilustrações: Pedro Carvalho Neto
Composição: M. Magalhães
Composições Gráficas
Impressão:
Gráfica e Editora do NE Ltda.

SUCCESSÃO NA FNE

Eng.º José Ailton de Lima

No Jornal do Engenheiro de abril de 1985 foi publicada matéria sobre a sucessão na FNE, onde se ressaltou o processo de democratização por que vem passando aquela entidade. Entretanto, é importante que coloquemos algumas questões sobre a democratização do processo eleitoral e da própria legitimação que vem tentando a FNE: onde entra a participação do engenheiro no processo de formação das chapas que irão concorrer? Por que a preocupação em se tentar a formação de uma chapa única? Que critérios, princípios e plataformas deverão ser atendidos e comprometidos pelos nossos futuros representantes? Vamos tentar responder a cada uma destas questões.

Em primeiro lugar, observa-se que os engenheiros só estão tomando conhecimento de que vai haver eleição. Até agora nenhum processo de decisão contou com a participação ativa destes, principalmente no que se refere à formação de chapas. Some-se a isto o fato de que os atuais dirigentes da FNE estão se articulando para tentar sair com uma chapa única. O processo de eleição por chapa única é a morte do debate democrá-

tico. Onde é que nós engenheiros, membros ordinários da categoria, começamos a participar e decidir, se não pelo debate das diferenças entre os diversos concorrentes? Chapa única é o reflexo dos "acordos" que os grupos dirigentes fazem para se manter no poder, sem que haja renovação de fato.

Em segundo lugar, vamos discutir quem deve e tem condições de representar os engenheiros na FNE. Defendemos a tese de que haja renovação dos quadros dirigentes e que se evite que as próprias diretorias de sindicato venham a ocupar o espaço político da FNE. É necessário que a categoria julgue se os atuais dirigentes sindicais estão desempenhando o papel a que se comprometeram. Além disso, é necessário que se tenha claro a possibilidade real desses dirigentes virem a superpor as atividades já comprometidas com outras inerentes a FNE. É preciso, pois, que o Senge-PE conduza imediatamente a discussão dos princípios e critérios que os candidatos deverão atender. É preciso que o Senge-PE ponha o processo de eleição da FNE sob o crivo da decisão da categoria e evite que se desenvolva um processo pseudo-democrático.



I ECENE

O Sindicato dos Engenheiros estará promovendo em outubro próximo, o I Encontro de Engenheiros das Concessionárias de Energia Elétrica do Nordeste. Com a realização do I ECENE, o SENGE espera promover uma maior participação dos engenheiros das concessionárias de energia elétrica nos Sindicatos e nas empresas.

O I ECENE, que deverá trazer ao Recife cerca de cem engenheiros da Bahia ao Maranhão, conta ainda com o apoio dos Sindicatos dos Engenheiros de Alagoas e da Bahia.

CHESF READMITE ELETRICITÁRIOS

No dia 23 de novembro de 1982 a Cia. Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por seus funcionários ficou profundamente traumatizada com a medida autoritária, prepotente e arbitrária da sua diretoria da época, ao demitir 25 funcionários, lotados aqui em Pernambuco (11, dentre os quais 6 engenheiros) e na Bahia (14), que mesmo não sendo das diretorias dos respectivos sindicatos, estiveram à frente de campanhas salariais daquela categoria. Por mais irônico que nos possa parecer, naquele ano a tônica da campanha era a garantia do emprego de mais de uma centena de trabalhadores chesfianos ameaçados pela expectativa de desativação de setores da CHESF voltados para a assistência social e o bem-estar de comunidades chesfianas que prestam seus serviços nos centros de geração de energia elétrica.

A resistência, a organização e a capacidade de luta dos trabalhadores da CHESF não permitiram que tal absurdo se perpetrasse. E a solidariedade aos companheiros demitidos aliada ao elevado senso político dos trabalhadores da CHESF, orientaram a campanha pela reintegração daqueles companheiros. Logo sopraram os primeiros ventos das mudanças que o Brasil deseja e espera. E a conce-

ção dos objetivos de tão nobre campanha, não se fez esperar: em 22.05.85 foi empossada a Diretoria da CHESF sob a presidência do humanista Antonio Ferreira de Oliveira Brito e já no dia 05.06.85, por volta das 17 horas, o Edifício André Falcão, sede da CHESF, explode em aplausos quando o sistema de som anuncia a resolução daquela Diretoria que considerava entre outras coisas que "correspondia a um desejo generalizado tanto na área sindical quanto em todos os níveis do pessoal da Empresa"; ser de "meridiana justiça, diante do pleito nitidamente social", não sofressem "restrição nos níveis salariais que percebiam no ato da despedida"; que a decisão da Diretoria Plena da CHESF tinha "um sentido marcadamente social, correspondendo, portanto, aos pressupostos da Nova República de conciliação, justiça e paz", autorizando a "admissão dos vinte e cinco ex-empregados nos mesmos cargos e níveis salariais que ocupavam no ato da demissão".

Com tal resolução, a atual Diretoria da CHESF restaurou o ambiente de harmonia e concórdia entre os funcionários que hoje melhor se dedicam às tarefas que lhes são confiadas no sentido do elevado fim social da Empresa.

ESCOLA DE ENGENHARIA COMEMORA SEUS 90 ANOS

Em sessão solene realizada no último dia 19 de junho, no Crea, a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco comemorou 90 anos de ensino no Estado, numa das mais concorridas solenidades que contou com a participação de numerosos colegas engenheiros. A nossa Escola de Engenharia é a quarta mais antiga do País.

Na ocasião, saudando os 90 anos da Escola, falou em nome do Crea o conselheiro Antônio Carlos Maranhão de Aguiar. Pelos antigos diretores discursou o professor Lauro Figueiredo e representando os alunos antigos, o engenheiro Cândido Pinto, atualmente tesoureiro do SENGE-SP. Coube ao

professor Airton Alcoforado fazer a saudação em nome do corpo docente e, finalmente, pelas entidades de classe, o presidente do Clube de Engenharia, engenheiro Eldenor Moraes.

Durante a sessão solene fomos surpreendidos com a informação de que a Universidade Federal de Pernambuco pretende se desfazer do prédio da nossa Escola, na Rua do Hospício, 371, onde ela funcionou durante quase 50 anos. Fica, aqui, o nosso protesto porque entendemos que o velho prédio faz parte do patrimônio cultural do Estado, de inestimável valor arquitetônico e histórico e, como tal deve ser preservado.

100 DIAS COM SARNEY

Sem levar muito a sério essa mania da grande imprensa de fazer análise histórica a cada fim de período de tempo "redondo" — 1 ano, 10 anos etc. —, achamos oportuno aproveitar o momento artificialmente criado para situar alguns pontos nesta "Nova República".

É natural que nos deixemos levar pelo sentimento de frustração do nosso idealismo mais arraigado e procuremos comparar as conquistas políticas e sociais das nossas lutas com os parâmetros dos nossos desejos de profundas mudanças numa sociedade reconhecidamente injusta. Mas não nos deixemos levar por este tipo de raciocínio fácil e perigoso.

Não tenhamos dúvida da carga de conservadorismo que traz em si o Governo Sarney: seria, no mínimo, ingenuidade nossa retirar as "aspas" desta "Nova República", como se, por milagre, tivessem desaparecido todos os males desta república velha de guerra. Mas é necessário que nos concedamos uma vitória, mesmo que parcial, contra as forças do autoritarismo que imperaram no país nos últimos vinte anos. Isso é o mínimo que devemos considerar nesta hora, em que precisamos renovar o fôlego para a batalha da Constituinte, grande desafio com que nos defrontamos.

O país mudou, não temos dúvidas. Não podemos avaliar o desempenho do Sarney-presidente com a visão estática e antidialética do Sarney-latifundiário. Não estamos propondo a fórmula fácil do Sarney-poeta, mas a forma histórica do Sarney-compromisso. Não é factível permitir-se ao homem

nem mesmo o exercício da sua condição de classe sem antes verificar-se as condições históricas deste exercício.

O que se passa, então? Vencido temporariamente o autoritarismo reacionário que dominou o país na sua história recente, as forças progressistas que obtiveram esta conquista constituem-se hoje em fator de pressão que condicionam as propostas de ação da Presidência da República. O programa de reforma agrária do Sarney-presidente é o retrato vivo da contradição inevitável que se instala hoje no Sarney-proprietário. Da mesma forma, os interesses dos latifundiários que se levantam contra esta proposta ainda tímida apenas estabelecem o outro patamar em que se darão as novas batalhas. Trata-se, agora, de avançar um pouco mais nesse confronto de interesses de classes sociais.

Há uma mudança qualitativa no confronto político que se avizinha com a Constituinte e nas disputas internas ao Governo Sarney (Sayad x Dornelas etc.). Nós, que nos agrupamos em entidades representativas da sociedade civil, precisamos ter muito claro este novo realinhamento de forças. É na luta concreta, isto é, procurando ampliar as tímidas propostas que o Governo Sarney se vê obrigado a fazer, que vamos definir o resultado deste confronto de forças sociais, cada vez mais organizadas. E será do nosso esforço de organização nas nossas entidades representativas e partidos políticos que poderá chegar o dia em que construiremos uma verdadeira NOVA REPÚBLICA.



ASTRONOMIA QUER POUSADA

Há treze anos que existe no Recife o CLUBE ESTUDANTIL DE ASTRONOMIA, que se tornou o mais bem equipado Observatório de Astrônomos Amadores do País, onde mais de 1500 pessoas já se matricularam nos cursos de Introdução e Especialização em Astronomia Observacional.

O CEA faz parte da União Brasileira de Astronomia, é um dos fundadores da Liga Iberoamericana de Astronomia, representante da American Association of Variable Star Observers no Brasil e conselheiro para América Latina da União Internacional de Astrônomos Amadores.

Seus trabalhos são enviados ao Observatório Nacional do Rio de Janeiro, ao Instituto Astronômico e Geofísico de São Paulo, à International Timing Association e ao International Lunar Occultation Center.

O CEA não tem fim lucrativo e, apesar da sua importância, funciona por concessão numa dependência do Colégio São João, de onde vai ter que se transferir. Portanto, está procurando uma instituição que possa abrigá-lo a fim de dar continuidade aos seus objetivos.

Maiores informações podem ser obtidas com o Pe. Jorge Polman SCJ, fone 271.2732.

A QUESTÃO HABITACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA

Eng.º Puranci Pereira Araújo

O déficit habitacional em torno de 70% na Região Metropolitana do Recife está concentrado na população de baixa renda. É muito comum observarmos processos auto-construtivos por esta camada social que se utiliza de diversos materiais como restos de construção, papelão, fibro-cimento, alumínio, etc., construindo habitações úmidas, sombrias, insuficientes e sendo necessário mudar constantemente os materiais perecíveis. Estas péssimas moradias provocam doenças, epidemias e põem em risco a saúde da população.

Apesar destas condições, o percentual de 36% obtido pela auto-

construção é bastante considerável levando-se em conta que o setor formal produz 56% das habitações, segundo dados do Condepe. Este setor não dispõe de recursos suficientes, aplicando-os irregularmente e de forma empresarial, obrigando um retorno a curto prazo.

O elevado custo dos materiais de construção tem limitado o seu consumo a um público bastante reduzido e, com o avanço da tecnologia, utilizando cada vez mais materiais nobres. Com isso vai se distanciando da possibilidade de um planejamento habitacional com novas alternativas de baixo custo como a taipa, o solo-cimento, tijolos prensados de borra do carbureto.

Desde 1976, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia (Ceped-BA) vem desenvolvendo pesquisas de construção de habitações em solo-cimento, construindo escolas, vilas populares, centros administrativos, armazéns, postos médicos, bibliotecas e clubes de campo.

Aqui, em Pernambuco, o laboratório de solos e instrumentação, sob a coordenação do professor Washington Amorim, construiu uma casa popular com 35 m² e uma creche com 70 m² de áreas no distrito de Prazeres em processo de mutirão, reduzindo o custo em 40% — se compararmos com os custos da alvenaria tradicional.

As Universidades da Paraíba e de Campinas (SP) também realizaram experiências dessa natureza utilizando a taipa e a borra do carbureto, respectivamente, e obtendo bons resultados. É importante frisar que estas novas alternativas, quando orientadas por profissional competente, oferecem as mesmas qualidades de uma habitação de alvenaria de tijolos cerâmicos.

Preocupado com a questão habitacional da Região Metropolitana do Recife, o SENGE-PE promoverá no final de agosto um debate com personalidades envolvidas com o assunto. Esperamos contar com a presença de nossos colegas e pessoas interessadas para, juntos, encontrarmos soluções compatíveis com a realidade de nossa região.

REFORMA AGRÁRIA — ONDE E QUANDO?

O povo nas ruas, em comoção, prometeu a Tancredo Neves que "A LUTA CONTINUA", não deixando outra alternativa ao Presidente José Sarney a não ser de manter os compromissos com as mudanças reclamadas.

Não convém nos iludirmos, especialmente no Nordeste: a tão decantada (e desmoralizada) prioridade agrícola prometida pelo regime militar ("PLANTE QUE O JOÃO GARANTE!") não virá sem uma reforma agrária de fato. E esta não se fará sem traumas, sem que se firmem interesses de há muito consolidados e se desarticulem os mecanismos criados pelo antigo regime para mais acentuar a concentração das terras e das rendas.

Está mais que comprovado que a produção de alimentos voltada para o abastecimento interno do País é tarefa que só pode ser cumprida pela pequena agricultura absorvente de mão-de-obra familiar e que a queda na produção de alimentos básicos caracteriza o processo de concentração das terras nas mãos de grandes proprietários.

Muitos foram os instrumentos criados pelo regime militar para promover "a reforma agrária sem traumas": PIN, PROTERRA, POLONORDESTE, PROJETO SER-

TANEJO, FINSOCIAL e agora ainda se louvam as virtudes do PROJETO NORDESTE, vulgo NORDESTÃO, herança deixada para a "NOVA REPÚBLICA", prontamente aceita sem maiores discussões e que se prenuncia como um somatório de todos os outros programas falidos, já que nem recursos assegurados têm para sua execução.

E, por enquanto continuamos a bancar a conta de subsídios da produção de açúcar das capitâncias hereditárias que circundam as capitâncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Se o mesmo dinheiro pago aos usineiros e fornecedores de cana a título de subsídio ao preço do açúcar (prêmio à exportação de um produto que já não alcança preços competitivos em um mercado internacional abarrotado) e incentivo à produção de cana (prêmio àqueles que praticam a monocultura em terras inadequadas e consequentemente com baixos rendimentos) tivesse sido utilizado na desapropriação das terras já teríamos alcançado uma considerável modificação na atual estrutura agrária.

Nenhum mistério! não faltaram



os instrumentos. Faltou a vontade política e a coragem de ferir a aristocracia rural. Coragem e vontade política que o povo saberá cobrar da "NOVA REPÚBLICA".

A hora é esta, quando milhares de bóias-frias, tristes figuras criadas pela monocultura canavieira, começam a invadir as grandes cidades clamando por empregos já que usineiros e fornecedores de cana se recusam ao menos a cumprir a LEI DO SÍTIO, REFORMA AGRÁRIA JÁ, E PRIORITARIAMENTE NA ZONA DA MATA.

Aqui temos as melhores condições de clima para se praticar agricultura no Nordeste. Aqui está a maior concentração de braços para a produção e bocas para o seu consumo. Aqui, grandes massas expulsas do campo estão a inchar as favelas sem que a cidade possa oferecer a infra-estrutura adequada de saneamento, trans-

porte, saúde e educação. Aqui temos a prática de uma monocultura inadequada às condições de solo e que por suas características de sazonalidade não oferece condições mínimas de estabilidade que possibilite a fixação do homem no campo. Aqui estão usineiros e fornecedores de cana de longa data mamando nas gordas tetas de subsídio governamental. Aqui está a classe média trabalhadora que com seus salários achatados já não suporta mais bancar a conta de subsídios.

Não que a reforma agrária deixe de ser importante para outras regiões. Mas que PRIORITARIAMENTE seja feita AQUI e AGORA.

O SENGE entendendo que o assunto é da maior importância para o alcance de um NOVO PACTO SOCIAL abre espaço para a sua discussão e promete se incorporar em mais essa frente de luta.

SENGE IMPLANTARÁ DELEGACIA SINDICAL EM PETROLINA

O Sindicato dos Engenheiros deverá implantar ainda este ano a Delegacia Sindical de Petrolina, que será a primeira em Pernambuco. Segundo levantamento obtido no Crea-PE/FN, existem em Petrolina 56 engenheiros civis, dois engenheiros eletricitas, três engenheiros mecânicos, 67 engenheiros agrônomos, perfazendo um total de 128 engenheiros.

Com a implantação da Delegacia Sindical de Petrolina, o SENGE deverá promover uma melhor fis-

calização no cumprimento do Salário-Mínimo Profissional (Lei 4.950-A/66), uma maior participação dos engenheiros nas discussões técnicas e políticas que interessem à sociedade petrolinense e a participação do nosso Sindicato nos acordos coletivos. Finalmente, promoverá também debates, buscando fortalecer o sindicalismo em todo Estado de Pernambuco e contribuindo para o sindicalismo nacional.

ERRO REPARADO

Depois de "anistiar" os seus funcionários demitidos durante a greve de 1982 — que agora foram readmitidos com a Nova República —, a atual diretoria da Chesf repara mais um erro cometido pela administração anterior: o nosso cole-

ga, Cláudio Pinto, presidente do Sindicato dos Engenheiros, que foi afastado de um cargo comissionado, um dia após tomar posse na presidência do SENGE-PE, foi recentemente reintegrado a sua antiga função.

O ENGENHEIRO E A CONSTITUINTE

Quem define a importância de uma Constituição é o povo através do voto direto ao eleger seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte. É a Constituição quem regula a forma como o País deve ser governado, estabelece e distribui as competências, direitos e deveres dos cidadãos. Portanto, é fundamental que haja uma ampla participação de todas as camadas da população na elaboração da Nova Constituição, em substituição à antiga, que foi imposta ao povo brasileiro cheia de casuismos gerados pelos governos militares que tantos males causaram ao País.

No próximo ano teremos eleições em toda a nação para escolher os delegados constituintes e então já precisamos estar alertas para apoiarmos somente aqueles candidatos que tenham compromissos com os pontos fundamentais de uma Constituição progressista e democrática. Quando se fala da participação dos engenheiros neste processo, alguns colegas, equivocadamente, consideram que "Constituinte é um problema de advogado e político". Nada disso.

A CONSTITUINTE É UMA QUESTÃO DE TODOS NÓS. Como brasileiros, como engenheiros, como cidadãos iguais a todos os outros, nós devemos ter a nossa posição, dos problemas nacionais expressas na Nova Constituição. É nosso dever participarmos de debates e oferecermos sugestões para questões como a reforma agrária, a reorganização do nosso espaço urbano e o uso dos nossos recursos minerais e ambientais, por exemplo.

Na área da reforma agrária, os colegas engenheiros agrônomos têm uma importante colaboração a dar por disporem de uma especialização técnica de grande valia para a solução deste problema que se arrasta há muitas décadas, sem que a sociedade tenha encontrado uma forma concreta para ajudarmos os trabalhadores rurais sem terra. O mesmo pode-se dizer para os colegas engenheiros de minas e geólogos no tocante à questão dos nossos recursos minerais. Nós devemos continuar usando os nossos recursos minerais apenas como meio de obtermos divisas a qualquer preço? Ou devemos conside-

tar nossos recursos como um bem social desta e das futuras gerações? São questões que devem ser aprofundadas, discutidas e equacionadas nos seus devidos termos pela Nova Constituição.

Os engenheiros civis também podem prestar uma importante colaboração na questão do nosso desorganizado espaço urbano. Muito já se falou que o Brasil contém, dentro de si, dois "países": a "Bélgica" e a "Índia". Assim, seríamos a "Bélgica-Índia". E tudo porque, segundo essas opiniões, temos 10 milhões de habitantes vivendo em condições semelhantes às dos belgas, enquanto o restante da população viveria no nível de vida da Índia. Muitos discordam destas colocações, porém não podem concordar com os contrastes em que vive a população. Hoje, a "Bélgica" e a "Índia" convivem cada vez mais dentro de nossas cidades. Em cada bairro encontramos núcleos populacionais vivendo em condições absolutas de miséria, fome e indigência. São problemas graves como este que precisam ser equacionados na Nova Constituição.

E há muitos outros em que os

engenheiros podem oferecer sua contribuição como cidadão e técnico especializado para solucionar os problemas. Veja-se, ainda, a insustentável situação da poluição em que se acham os nossos rios, o ar, as nossas cidades industriais. É bom que não esqueçamos nunca a situação a que Cubatão, em São Paulo, chegou, e a que outras cidades estão chegando.

Preocupado com todas essas questões, o SENGE-PE entende que todos os engenheiros devem se mobilizar em torno da Assembléia Nacional Constituinte, escolhendo bem o candidato em que irá votar no próximo ano. Para abrir as discussões em torno da Constituinte — o Sindicato já participa do Comitê Estadual Pró-Constituinte —, estamos levando os debates para dentro das empresas. O primeiro deles foi no último dia 15, no auditório da Cohab. Nos dias 6 e 7 de dezembro, num grande fórum de participação de todos os Sindicatos da categoria, estaremos em Belo Horizonte, no Seminário Nacional Constituinte, promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros.

CONSTITUINTE E PARTICIPAÇÃO

A importância de uma Assembléia Nacional Constituinte é indiscutível. Pois somente ela legitimamente eleita, decidindo com soberania e liberdade de ação, poderá dotar o País de uma Constituição que seja realmente a Lei fundamental e suprema do Estado, contendo normas respeitantes à formação dos poderes públicos, forma de governo, distribuição de competência, direitos e deveres dos cidadãos e demais critérios normativos da sociedade.

Não concordamos com a convocação de um Congresso com poderes constituintes, porque a soberania da Assembléia Nacional Constituinte estaria sacrificada. Aqueles que receberam a honrosa delegação do povo para elaborar a nova Constituição do País, não devem ter outra atribuição que não seja a de democrática, livre e soberanamente elaborar esta nova Constituição, que não deve em na-

da se basear na colcha de retalhos vigente. Se elegermos um Congresso com poderes constituintes, já estaremos limitando a soberania da Constituinte ao admitir tal forma de representação, além de envolver os delegados eleitos com a legislação ordinária, o que fatalmente influiria na feitura da nova Constituição.

Devemos, portanto, eleger não deputados e senadores com poderes constituintes, mas sim uma Assembléia Nacional Constituinte.

Preocupa-nos, sobretudo, a nossa forma de participação porque ainda não estamos suficientemente conscientes e organizados para essa participação. Já constatamos denúncia de que o setor empresarial organizou uma caixa de 4,5 trilhões de cruzeiros para eleger 300 delegados à Assembléia Nacional Constituinte, qualquer que seja a sua forma — estes delegados certamente procurarão



direcionar a nova Constituição no sentido de resguardar os seus interesses de classe empresarial.

É, portanto, de fundamental importância, que haja uma ampla participação das demais camadas da população na elaboração da nossa futura carta magna. Entendemos que esta participação se inicia com o nosso exato conhecimento do que venha a ser uma Assembléia Nacional Constituinte; com a escolha dos delegados à Constituinte, cujo pensamento e posições políticas sejam conhecidas e já identificadas com os nossos anseios; continua com o nos-

so acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, através de nossas entidades de classe e/ou partidos políticos, no sentido de torná-los verdadeiros canais de expressão da sociedade civil.

Compete, portanto, a todos nós, e principalmente aos setores mais populares da sociedade, procurarmos, por todos os meios, nos educarmos, nos conscientizarmos e nos organizarmos para a grande responsabilidade que nos é atribuída: a Assembléia Nacional Constituinte.

A CONSTITUINTE NOS ESTADOS

(*) Constituinte é a Lei
É a força, a união
Se a união faz a força
A Lei da Constituição
Se for mesmo verdadeira
Dar a Pátria brasileira
Conforto a toda nação.

Constituinte também é
Trabalho para Engenheiros
Arquitetos e Agrônomos
Ou mesmo outros brasileiros
Que vivam na tribulação
Trabalhando pelo pão
Mesmo que sejam roceiros.

Constituinte é o poder
Especialmente atribuído
Pelo povo aos seus
Representantes, no sentido
De elaborarem por igual
A Carta Constitucional
Do País já tão sofrido.

O Constituinte certo
É uma pessoa de bem
Um integrante que dar
Procuração a alguém
Mas um homem da riqueza
Que nunca sentiu pobreza
Não se condõe de ninguém.

Com a coordenação da FNE, os Sindicatos dos Engenheiros de todo o País estão mobilizados em levar à categoria a campanha pela Constituinte através de debates, simpósios, visitas aos locais de trabalho dos colegas, etc. Toda essa mobilização irá resultar no Seminário Nacional Constituinte, organizado pela FNE, que será realizado nos dias 6 e 7 de dezembro, em Belo Horizonte. Do Seminário, vamos tirar a nossa proposta para uma nova Constituição que realmente exprima a realidade do nosso País.

Veja como está a mobilização nos Estados:

SÃO PAULO - A Constituinte é a pauta do momento. O SENGE-SP já programou 49 debates, tendo no último sido discutido a Defesa da Tecnologia Nacional e Acesso ao Processo Tecnológico. Os debates também estão ocorrendo em sete cidades daquele Estado.

PARANÁ - No I Encontro Paranaense de Engenheiros, realizado no início do mês passado, em Curitiba, a "Constituinte e Interesse Populares", foi o tema de um painel. Para os dias 18 e 19 de outubro, quando ocorrerá o I Encontro Regional de Engenheiros, a Constituinte irá receber um tratamento especial.

RIO GRANDE DO SUL - O SENGE-RS participa do Comitê Estadual pró-Constituinte, coordenado pela OAB, e a sua diretoria tem comparecido a todas as manifestações relativas ao tema, além de levantar propostas e elaborar estudos a serem apresentados aos futuros integrantes da Assembléia Nacional Constituinte.

SANTA CATARINA - O SENGE criou uma comissão interna com a proposta de se integrar a todas as entidades de classe e partidos políticos que estejam empenhados realmente em mobilizar a comunidade.

CEARÁ - O SENGE e o CREA estão fazendo "dobradinha". As duas entidades estruturaram, unidas a outros órgãos de classe no Estado, um conjunto de atividades e programações visando sensibilizar todas as categorias de trabalhadores para a campanha pró-Constituinte.

ALAGOAS - O Sindicato dos Engenheiros alagoanos confeccionou dois mil boletins que foram distribuídos com os seus associados. Os boletins foram elogiados pela seccional da OAB, no Estado, e por outras entidades sindicais.

SERGIPE - A convite de Associações de Moradores, representantes dos engenheiros têm participado de debates sobre a Constituinte. E o Sindicato participa da Comissão pró-Constituinte.

PARAÍBA - Momentaneamente, a campanha da Constituinte está retardada em virtude de o Sindicato estar empenhado no cumprimento do Salário Mínimo Profissional. Mas o SENGE promete criar uma comissão para divulgar a Constituinte.

BAHIA - Os engenheiros estão engajados no Comitê pró-Constituinte, e ao lado de outras entidades de Engenharia preparam o II Encontro Estadual da categoria, marcado para outubro. Tema central do Encontro: "O profissional e a Constituinte".

PARÁ - Com os arquitetos e agrônomos, os engenheiros promoveram debates com a presença de lideranças políticas e jurídicas como primeiro passo para o engajamento de toda a categoria na campanha pró-Constituinte.

MARANHÃO - Três grupos de trabalho foram constituídos pelo SENGE com o objetivo de elaborar propostas específicas e gerais à nova Constituição. As propostas serão discutidas em uma assembléia geral marcada para outubro. Até lá, o Sindicato vai promover debates e palestras para preparar a categoria.

BRASÍLIA - A Capital Federal também se prepara para elaborar uma Constituinte local. O SENGE já criou uma comissão interna e ainda participa da formação de um Comitê pró-Constituinte, ao lado de partidos políticos, demais entidades sindicais e associações populares.

GOIÁS - O SENGE está levando a campanha da Constituinte para discuti-la nos órgãos públicos e empresas privadas onde atuam os engenheiros do Estado.

MINAS - Será a sede do Seminário Nacional Constituinte. Ali, uma comissão interna do SENGE vem atuando em todas as frentes para divulgar a campanha. Sequenciando a sua programação, a diretoria do Sindicato vai dedicar todas as plenárias deste mês à preparação do II Congresso Mineiro de Profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia e Geografia, que será encerrado com uma palestra e posterior debate sobre o profissional e a Constituinte.

MATO GROSSO - O SENGE acabou de ser criado no Estado e o debate da Constituinte já está começando.

RIO DE JANEIRO - Dando prosseguimento aos debates, o Sindicato programou para este mês mais uma discussão sobre a Constituinte e haverá outra em setembro. Três boletins já foram editados discorrendo sobre o tema e todas as quartas-feiras tem havido reuniões no SENGE com presenças nunca inferior de 20 engenheiros.

ESPIRITO SANTO - No dia 21 deste mês haverá um debate abordando a "Constituinte, Constituição e Histórico". Sequência com outro, dia 23 de setembro, com o tema "O Engenheiro enquanto Cidadão e a Constituinte". E finalmente realizará um terceiro no dia 23 de outubro, após o qual será efetuado o Seminário Estadual da Constituinte.

(*) "Folhetim da Constituição", autor José Costa Leite.

EMPRESAS DESCUMPREM O PISO SALARIAL DOS ENGENHEIROS

CONFIRA SEU SALÁRIO

Doze empresas que vêm descumprindo o piso salarial determinado pela lei federal 4.950-A/66 para a categoria dos engenheiros, já foram identificadas pelo SENGE-PE, que irá agora denunciá-las ao Crea-PE/FN e à Delegacia Regional do Trabalho para que os salários dos nossos colegas sejam respeitados. Essas empresas, que já foram advertidas em ofícios-circulares pela

Diretoria do nosso Sindicato são: Alpargatas do Nordeste, Caio Norte, Açonorte, Andrade Lima, Alcoa, Comprol, Tintas Coral, Santista, URB-Recife, Construtora Loyo, Astep e Moveterras.

A fiscalização do Sindicato na defesa dos nossos colegas vem sendo feita desde o início de maio passado, quando o Governo Federal decretou o novo salário míni-

mo (Cr\$ 333.120), que vigorará até o dia 31 de outubro próximo.

Como se sabe, de acordo com a lei 4.950-A/66, as categorias dos engenheiros, agrônomos, arquitetos, geólogos e veterinários, para uma jornada de trabalho de 6 horas, a remuneração é de 6 salários-mínimos; para 7 horas, 7,25 salários-mínimos; e para 8 horas, 8,5 salários-mínimos.

Jornada Diária (horas)	Salário-Mínimo Profissional (Cr\$)
6	1.998.720
7	2.415.120
8	2.831.520
9	3.247.920
10	3.664.320

O DECRETO Nº 90.922 É INCONSTITUCIONAL

Após 16 anos de gestação, o Poder Executivo no governo Figueiredo promulgou o Decreto nº 90.922/85, que regulamenta a lei 5.524/68, produzindo uma aberração inconstitucional.

Com efeito, de acordo com o referido decreto, os técnicos de nível médio estão autorizados a projetar e dirigir edificações até 80m² — que representa 90% das construções. Ainda: que os técnicos de eletro-técnica podem projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kVA — o que corresponde a uma cidade de 15.000 habitantes. E, finalmente, no setor agrícola o Decreto 90.922 dispõe que os téc-

nicos daquela área de formação de nível médio podem dirigir projetos de até 1.500 MVR.

Nós discordamos do decreto presidencial porque o mesmo atribui responsabilidades àqueles técnicos que são incompatíveis com as suas formações profissionais. Discordamos, também, da forma como o citado decreto foi imposto, pois não houve uma ampla discussão entre as diversas categorias envolvidas.

Já manifestamos essa posição em duas reuniões que mantivemos em junho passado com os estudantes e técnicos de segundo grau na Universidade Federal Rural de Pernambuco, porque entendemos que

a solução deve ser obtida através de uma ampla e franca discussão de todos os interessados.

Tanto é assim que estamos franqueando as instalações do SENGE-PE para as reuniões e debates em torno do assunto que não interessam apenas aos engenheiros e aos técnicos de segundo grau, mas à sociedade como um todo à qual prestamos nossos serviços.

Recentemente, atendendo a uma consulta da Federação Nacional dos Engenheiros, o procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, ofereceu um parecer favorável indicando a inconstitucionalidade do Decreto

90.922/85. Cabe, agora, ao Supremo Tribunal Federal reconhecer a justeza do parecer do procurador geral da República tornando inconstitucional o referido decreto.

Nós concordamos com a posição da FNE e dos demais Sindicatos de Engenheiros de que os técnicos de segundo grau devem ter a sua profissão regulamentada para que possam exercê-la com dignidade. Mas, discordamos que se conceda atribuições a profissionais que não estejam no âmbito de sua formação escolar, para que não se ponha em risco toda a sociedade.

SENGE DISCUTE POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA

Com a participação de grande número de colegas engenheiros, companheiros de outras áreas profissionais e convidados especiais, o SENGE-PE realizou no dia 24 de maio passado, no auditório do Clube de Engenharia, um debate

sobre a Política Nacional de Informática e a Zona Franca de Manaus.

O debate que teve como texto básico o trabalho elaborado pelo SENGE-PE, foi caracterizado pela necessidade de integração entre os órgãos de classe, empresas priva-

das e estatais, universidades e usuários, no sentido de defender uma Política Nacional de Informática que represente os interesses de toda a sociedade brasileira, evitando a centralização no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais e Zona Franca de Manaus.

Como convidados especiais participando dos debates estiveram o professor Agamenon Lopes (UFPE), José Alberto (APPD), Luiz Siqueira (CLADI), Josué Mussalém (SUCESU) e Recena (DIGIREDE).

No decorrer das discussões ficou acertado que o SENGE-PE coordenará o Grupo de Informática, que ficará encarregado de promo-

ver novos debates para democratizar ao máximo possível a Política Nacional de Informática. Entre os temas a serem discutidos pelo grupo destacam-se:

- Implantação de uma Delegacia do SEI, em Pernambuco;
- A participação do usuário na Política Nacional de Informática;
- Incentivo às pesquisas das Universidades;
- Implantação de um pólo de Informática em Pernambuco;
- A educação infantil e a informática;
- A descentralização das indústrias de informática;
- A representatividade do CONIN.

SENGES CONQUISTAM REPRESENTATIVIDADE EM AÇÕES JUDICIAIS

O Diário Oficial da União, de 30 de maio último, publicou a lei nº 7316 de fundamental importância para os Sindicatos de Profissionais Liberais. A referida lei estabelece que as entidades sindicais que integram a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais têm, agora, o mesmo poder de representação dos Sindicatos das categorias profissionais diferenciadas nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.

Isto significa que os Sindicatos dos Engenheiros podem representar os seus associados nas questões trabalhistas, o que vinha sendo contestado por alguns empresários ou mesmo dirigentes de empresas públicas.

Com essas contestações questionando algumas ações impetradas pelos SENGES o que vinha ocorrendo, na prática, era uma prolon-

gada batalha jurídica. Agora, aqueles empresários ou dirigentes de empresas públicas não poderão questionar mais a legitimidade das nossas ações.

A lei 7316, embora represente um avanço, ainda não atende plenamente ao que pleiteávamos através da Federação Nacional dos Engenheiros. O nosso desejo era que a lei deixasse claro que não somos uma categoria diferenciada, pois entendemos que a luta dos engenheiros deve ser travada em conjunto com as demais categorias dos trabalhadores. Na forma como a lei foi redigida ela pode gerar essa interpretação, segundo a opinião de alguns juristas. Portanto, para que fique claro o nosso pleito, vamos continuar na luta através da ação política dos nossos sindicatos com os das demais categorias.

ART - CREA

Colega engenheiro: faça opção pelo Sindicato dos Engenheiros-PE na hora da Anotação de Responsa-

bilidade Técnica (ART) no Crea. Isso significará que 10% do valor da taxa que você paga ao Crea estarão sendo destinados a nossa entidade. Contamos com o seu apoio para fortalecer o Sindicato.

BNH: ETERNO ALGOZ DO MUTUÁRIO

Mais uma vez, o BNH na hora de reajustar a prestação da casa própria esqueceu a sua finalidade social e preferiu ficar ao lado dos agentes financeiros, os bancos par-

ticulares. Colega engenheiro, não mude o seu contrato. O reajuste tem de ser anual de 11,2%. Procure a Causa Comum. Entre na Justiça e defenda seu patrimônio.

BOLETIM DA CUT

Já está circulando o segundo número do Boletim CUT, órgão informativo da Central Única dos Trabalhadores em Pernambuco, abordando temas como os trabalhadores diante da Nova República e anunciando em sua primeira

página que a direção nacional da CUT decide apoiar a Constituinte. Em oito páginas e ilustrado com desenhos, fotografias e charges, o Boletim da CUT posiciona-se em torno de diversos assuntos de interesse dos trabalhadores.

A QUESTÃO NUCLEAR



Nos últimos vinte anos, o Governo Militar que se instalou no País caracterizou-se por uma equivocada doutrina de Segurança Nacional, aliada às decisões tomadas e acordos firmados no silêncio dos gabinetes, à revelia da sociedade brasileira. Dentre tais decisões e acordos, destaca-se o programa nuclear planejado, elaborado e implantado sem a menor discussão com a comunidade científica.

Para conhecer melhor as alterações ocorridas nesta área, o JORNAL DO ENGENHEIRO entrevistou LUIZ FIGUELLI ROZA, professor da COPPE na área de tecnologia nuclear, ex-presidente da ANDES e um dos maiores críticos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

JE - Qual é a postura da Nova República em relação ao Programa Nuclear?

LP - Não houve modificações concretas em relação ao programa nuclear. O retardamento do programa já havia sido decidido na velha república quando foi verificada a inviabilidade econômica do programa fruto do acordo nuclear

com a Alemanha. O preocupante é a existência de um programa nuclear paralelo com fins militares, este sim sem qualquer controle da sociedade e que declaradamente visa à produção de combustível nuclear, de um submarino nuclear e existindo a suspeição de que a finalidade principal é a construção de armas nucleares.

JE - A comunidade científica foi convidada a participar da definição de novos rumos para o programa nuclear?

LP - Na fase da consolidação da candidatura indireta de Tancredo Neves, e também após sua eleição, houve 3 seminários promovidos pelo PMDB. Comparei a um em Curitiba. Também a Comissão de Ciência da Câmara Federal promoveu encontro em que estive presente. Lá estavam José Goldemberg, Celso Furtado, Rogério Cerqueira Leite, José Gomes e outros, que resultou em um documento. No entanto, nenhuma das medidas preconizadas nesse documento foi implementada.

JE - Quer dizer, nada mudou?

LP - Isto não é verdade em seu

tudo. Verificou-se mudança na direção da NUCLEBRÁS, onde se encontra LICÍNIO SEABRA (ex-presidente da FURNAS), que é uma pessoa realmente mais aberta que as anteriores, que levou consigo DAVID SIMON, técnico que se desligou de FURNAS por estar em desacordo com o programa nuclear. Nada mudou foi no Conselho Nacional de Energia Nuclear, onde continuam os mesmos coronéis.

JE - Fala-se que a transformação da energia nuclear em energia elétrica estará obsoleta antes do fim do século. Tem fundamento?

LP - Não. A energia nuclear para fins de geração de eletricidade não está ultrapassada. No entanto, nota-se tendência de utilização de outros tipos de energia para esses fins.

JE - Qual o panorama no mundo em relação a utilização da energia nuclear?

LP - Em relação a instalação de novas Centrais Nucleares, na Europa em geral, houve um retardamento dos programas nucleares. No Japão, permanece inalterado. Nos EE.UU., houve a paralisação de novas instalações. É preocupan-

te esta paralisação do programa norte-americano, visto a importância que ele tem no aprimoramento e formação de tecnologia. Em geral, os programas de instalações de novas centrais foram retardados. Não será como a princípio se imaginava que tivesse a mesma importância que o petróleo. Existe um outro ponto: para esse uso generalizado da energia nuclear, as reservas de urânio conhecidas seriam insuficientes. Enfim, esse uso generalizado só seria viável se houvessem mudanças tecnológicas radicais.

JE - Quanto à destinação dos detritos nucleares, existe uma política definida no Brasil?

LP - Este é um dos sérios problemas do uso de energia nuclear. A Alemanha suspendeu a instalação de centrais até ter uma definição sobre a destinação dos detritos nucleares. O problema é que esses detritos devem ser confinados por dezenas de milhares de anos. Eles são letais a qualquer natureza de vida, matando tudo que tenha contato com eles. No Brasil, não existe uma destinação definida para eles.

CORRESPONDÊNCIA

Da Prefeitura do Cabo, ao responder à carta-circular que o SENGE-PE enviou às prefeituras e empresas públicas e privadas, exigindo o cumprimento do piso salarial dos engenheiros:

"Já informamos reiteradas vezes que esta Prefeitura acata e faz cumprir a Lei Federal nº 4950-A.

Não podemos, portanto, aceitar a ameaça de 'denúncia' contida em vosso ofício circular nº 022/85.

Asseguramos a V. Sa. que enquanto esta Prefeitura estiver sob a direção do PMDB e, em particular do Prefeito Elias Gomes, não apenas os engenheiros, agrônomos e arquitetos, mas todos os profissionais terão respeitados os pisos salariais fixados em Lei, o que nos desobriga de responder

futuros ofícios de idêntico teor.

a) José Roberto Monteiro - Sec. Administração".

Do SENGE-PE ao Presidente José Sarney, por ocasião do anúncio de aumento no Imposto de Renda:

"Transmitimos a V. Exa. grande preocupação engenheiros pernambucanos notícias maiores descontos imposto renda assalariados PT Registramos veemente protesto VG contra reedição métodos Velha República visando transferir trabalhadores ônus política econômica desastrosa PT Lembramos compromisso Aliança Democrática não mais esmagar salários trabalhadores brasileiros PT.

Atenciosamente Cláudio Pinto de Melo - Presidente Sindicato Engenheiros - PE".

Do SENGE-PE à Themag Engenharia, em São Paulo, ao tomar conhecimento da demissão de funcionários daquela Empresa como represália a movimento reivindicatório:

"Protestamos contra ato ilegal e incompatível com novos tempos que vive nosso País VG praticado por essa Empresa demitindo funcionários em pleno exercício sindical PT

Nossa entidade já conhecia atos de intransigência da direção Themag quando essa Empresa se negou participar de acordo coletivo promovido SENGE-PE PT

Esperamos pronta reintegração funcionários injustamente demitidos VG mesmo tempo que estamos certos VG atos dessa natureza não conseguirão objetivo tentado de intimidar funcionários e movimento sindical brasileiro PT

Atenciosamente Cláudio Pinto de Melo - Presidente Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco".

NOTA DA REDAÇÃO

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo publicou documento onde informa a vitória conseguida com a reintegração do Engº Rutênio Gurgel Bastos daquele sindicato, às suas funções na THEMAG, e juntamente com os sindicatos dos arquitetos, dos geólogos e dos desenhistas, continuavam a "luta pela readmissão dos demais engenheiros, desenhistas e projetistas demitidos na tarde de 05 de julho".